

Baker aceita bônus e rejeita redução da dívida

Carlos Brezina
da UPI

Arquivo/24-4-87

Washington — O secretário do Tesouro, James Baker, rejeitou ontem a proposta de redução do valor da metade da dívida brasileira com os bancos privados mediante sua conversão em títulos, mas aceitou que o Brasil negocie com os bancos a conversão voluntária de uma parte do débito em «bônus de saída», antes de fazer um acordo com o Fundo Monetário Internacional.

Bresser e Baker concordaram em buscar uma solução «não revolucionária» para a dívida brasileira, que passa dos 110 bilhões de dólares. Os dois mantiveram ontem de manhã, por duas horas, o que Bresser chamou de «excelente reunião».

Segundo o Departamento do Tesouro, Baker manteve com Bresser uma conversa «completa e franca sobre a situação econômica e financeira do Brasil, inclusive suas relações com os credores». «Mas Baker caracterizou como inviável a recém-divulgada proposta (brasileira) de converter em títulos a dívida existente», acrescentou o Tesouro, sem entrar em detalhes.

O governo brasileiro havia proposto na semana passada reduzir em um terço o serviço da metade de sua dívida externa com os bancos privados, que alcança 70 bilhões de dólares, mediante sua conversão em títulos, abaixo do valor par e com taxas de juros do mercado, e em títulos de valor nominal, mas com taxas de juros inferiores às do mercado.

Pânico

Bresser, numa improvisada entrevista coletiva, dada na escadaria do Tesouro, disse que suas propostas haviam sido mal-interpretadas pela imprensa e que, ao serem apresentadas de forma inadequada, provocaram «pânico».

«O objetivo do presidente José Sarney é reintegrar o Brasil no sistema financeiro internacional», assinalou. «Para isso inovaremos um

pouco, mas não haverá uma revolução nem uma solução radical». Bresser reconheceu que «não agrada a Baker a securitization (conversão da dívida em títulos)».

O ministro afirmou que ele e Baker concordaram em buscar uma solução «não revolucionária» para a dívida brasileira com os bancos privados, mediante a conversão «voluntária» de menos da metade em «bônus de saída» (*exit bonds*) pelo valor nominal e a uma taxa de juros baixa e fixa, e antes de um acordo com o Fundo Monetário Internacional.

«Ambos fizemos concessões», explicou Bresser. «Embora não lhe agrade a conversão de parte da dívida brasileira em bônus de saída sempre que isso ocorra de forma voluntária», repisou Bresser.

FMI

Afirmou também que Baker aceita que «o Brasil negocie com os bancos privados antes de fazê-lo com o Fundo Monetário Internacional». Embora os bancos tenham exigido que o Brasil negocie primeiro um acordo *stand by* (acordo de contingência) com o FMI, o governo de Brasília tem se negado sistematicamente a isso.

«Concordamos em reduzir a proporção da dívida que buscaremos converter em títulos, e que será inferior a 50%, e deixar que todo o processo seja voluntário» por parte dos bancos, disse Bresser sem especificar cifras ou percentuais.

«Baker quer que apresentemos a proposta (sobre bônus de saída) aos bancos privados de forma convencional, com alguns elementos não-convencionais», acrescentou.

Os chamados «bônus de saída» foram parte das negociações que a Argentina empreendeu no começo do ano com os bancos privados, a fim de permitir aos bancos que não quisessem participar de novos pacotes creditícios uma «saída» mediante a conversão de seus

créditos em bônus a juros baixos.

A Argentina não conseguiu que os bancos aceitassem os bônus, o que na prática significaria a redução de sua dívida externa. Bresser observou que «a Argentina só conseguiu que dois bancos aceitassem os bônus».

Incentivo

«Vamos propor condições mais atraentes», acrescentou. «Os bônus terão um incentivo: se as condições econômicas do Brasil melhorarem, e se houver aumento das exportações, pagaremos mais». «Os bônus serão emitidos ao valor nominal da dívida», frisou. Sem dar maiores detalhes, Bresser disse também que buscará uma «prorrogação do pagamento dos juros».

O Brasil apresentará sua proposta aos bancos comerciais na última semana de setembro, antes da reunião anual conjunta do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, acrescentou. «Mas com o FMI negociaremos a curto prazo porque é uma condição para que negociemos com o Clube de Paris», que congrega os credores oficiais do Brasil, disse o ministro.

Neste particular, a nota do porta-voz do Tesouro norte-americano indicou que Baker e Bresser Pereira «chegaram a acordo para que qualquer renegociação da dívida com o Clube de Paris exigiria um acordo *stand by* formal com o Fundo Monetário Internacional».

O Brasil suspendeu em fevereiro o pagamento aos bancos privados dos juros de sua dívida, e pouco depois fez o mesmo com os pagamentos de capital ao Clube de Paris. Bresser tem anunciado nos últimos meses que deseja renegociar os juros devidos aos bancos privados, no total de 7,5 bilhões de dólares, com vencimento em 1986 e 1987.

«Baker revelou sua disposição de ajudar o Brasil a chegar rapidamente a um acordo com seus credores dos bancos privados e oficiais», disse Bresser Pereira.



James Baker defende solução «não revolucionária» para o Brasil